

O poder econômico e as reformas

Josaphat Marinho

Organizações econômicas e empresários, envolvidos na atual campanha pelas reformas constitucionais, cometem erro indesculpável. Instituições e homens responsáveis desfazem propaganda de estilo populista, marcada pelo dinheiro farto, quando deveriam proceder com sobriedade e espírito democrático. Não se dirigiram ao Congresso Nacional para discutir os problemas, suas causas e a forma de resolvê-los. Reuniram-se às centenas, em sedes luxuosas, em São Paulo e Brasília, para comícios fechados, com intensa publicidade. O estribilho de "reformas, já" estampa-se na imprensa em página inteira, notoriamente de alto custo. O *Jornal do Brasil* publicou que só no Rio de Janeiro seriam distribuídos milhares de panfletos e outros tipos de propaganda, além de veiculados filmes, com uma despesa estimada em R\$ 900 mil.

Ora, não é essa a forma adequada de justificar, perante o Poder Legislativo, a conveniência de certas reformas. Tal estilo de pressão é incompatível com a civilidade, nem produz efeitos sobre a consciência de parlamentares independentes. O poder econômico não deve desconhecer a ética. Não basta aludir à necessidade de "reforçar a democracia e fomentar a paz e a estabilidade". É preciso proceder

de acordo com tal declaração. Por isso é que muitos empresários esclarecidos estão distantes desse tipo de campanha demagógica. Seria mais útil que esse volume de dinheiro gasto com publicidade escandalosa fosse destinada a instituições sociais, que servem aos pobres. E os poderosos entrassem a dialogar com o Congresso Nacional, permutando idéias, como já o fizeram, em outras oportunidades.

O diálogo seria tanto mais proveitoso porque revelaria verdades que não estão sendo expostas ao povo. Em primeiro lugar, cabe esclarecer que a Constituição do Brasil ainda não fez dez anos de vigência, e nela já foram introduzidas dezenas de emendas. Isso mostra que o Congresso não é avesso a reformas. Aceita-se até em demasia. Entre seus erros está o de ter admitido muitas, que deveriam ser recusadas. Não lhe é dado, porém, aprovar quantas sejam apresentadas, e sem corrigi-las. Depois, no atual governo, e por iniciativa dele, já foram aprovadas várias emendas constitucionais. Vale salientar, especialmente, as que alteraram a ordem econômica, com limitação de vantagens das empresas nacionais e criação de facilidades para as estrangeiras, e com extinção de monopólios estatais. Alargou-se o campo da livre iniciativa. Quer dizer que o Congresso já proporcionou ao

governo, e aos titulares de poder econômico, medidas amplas, até excessivas, para que se promova o desenvolvimento do país. Não responde o Legislativo pela execução de tais medidas. E não é de esquecer-se que o presidente da República, em entrevista à *Veja* (9.4.97), informou que havia aconselhado "a equipe econômica para não dar tanta ênfase à necessidade das reformas constitucionais. Elas são importantes, mas dizer que o Real depende das reformas é mentira. As reformas não representam solução a curto prazo".

É inexato, pois, dar a impressão de que o Legislativo está perturbando o progresso social e econômico. A reforma da previdência e a da administração, por mais que as ressaltem agora seus novos defensores, não têm o alcance econômico propagado. Quem o diz é um economista e professor João Sayad, em desmentido formal, em artigo na *Folha de S. Paulo* (30.6.97). "Os economistas brasileiros — escreveu — são os únicos economistas do mundo que afirmam que a reforma da previdência aumenta a poupança. Desde 1974 o professor Martin Feldstein, da Universidade de Harvard, afirma o contrário e os alunos da Fipe são obrigados a ler esse trabalho". E acrescenta o professor da Faculdade de Economia e Administração

da Universidade de São Paulo: "Só não sei por que o estudo da Fiesp não fala sobre o câmbio. Nada fala sobre política industrial. Nada sobre investimentos em infraestrutura". Além disso, é preciso acentuar que a demora no exame da reforma previdenciária e da administrativa não resulta de desinteresse do Congresso. Tais emendas envolvem direitos de parcelas respeitáveis de pessoas de diferentes categorias, inclusive aposentados, agora sob ameaça, sem que o governo admita razoavelmente as ponderações feitas.

Muito estranhável, ainda, é que os empresários em campanha não tenham defendido a reforma tributária, nem o presidente da República assinalado a urgência de sua tramitação. Mas essa é reforma fundamental, para racionalizar o sistema tributário e possibilitar equilíbrio financeiro aos estados e municípios. Se o Congresso tem culpa nesse caso da reforma tributária, é por sua excessiva condescendência à vontade do Executivo. Na reforma administrativa e na previdenciária, o Legislativo tem resistido, a serviço da coletividade, da justiça social. Deve resistir agora, também, ao império econômico.

■ Josaphat Marinho é senador pelo PFL da Bahia